

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	15
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	72
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.743.971
Preferenciais	2.100.299
Total	11.844.270
Em Tesouraria	
Ordinárias	193
Preferenciais	0
Total	193

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.299.712	3.059.928
1.01	Ativo Circulante	479.839	413.355
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	309.589	282.735
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.709	1.631
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.709	1.631
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.709	1.631
1.01.03	Contas a Receber	45.397	21.720
1.01.03.01	Clientes	45.397	21.720
1.01.06	Tributos a Recuperar	86.950	75.074
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	86.950	75.074
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	36.194	32.195
1.01.08.03	Outros	36.194	32.195
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	8.212	8.009
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	5.456	5.456
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	13.291	11.634
1.01.08.03.04	Outros Ativos Realizáveis	9.235	7.096
1.02	Ativo Não Circulante	2.819.873	2.646.573
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	283.676	275.112
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	53.693	51.208
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	53.693	51.208
1.02.01.06	Tributos Diferidos	182.105	177.061
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	182.105	177.061
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	592
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	592
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	47.878	46.251
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	31.094	29.776
1.02.01.09.04	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	16.266	16.475
1.02.01.09.05	Outros Ativos Realizáveis	518	0
1.02.02	Investimentos	73.880	77.145
1.02.02.01	Participações Societárias	73.880	77.145
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	73.880	48.376
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	28.769
1.02.03	Imobilizado	2.443.183	2.275.655
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	276.057	284.890
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.167.126	1.990.765
1.02.04	Intangível	19.134	18.661
1.02.04.01	Intangíveis	19.134	18.661
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	8.311	7.838
1.02.04.01.03	Direito sobre Autorizações	3.946	3.946
1.02.04.01.04	Sistemas em Andamento	6.877	6.877

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.299.712	3.059.928
2.01	Passivo Circulante	147.546	97.490
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.359	9.299
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.280	9.214
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	79	85
2.01.02	Fornecedores	43.097	40.119
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43.097	40.119
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.276	7.032
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.877	2.362
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.379	4.648
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	20	22
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	38.916	3.563
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	38.916	3.563
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	38.916	3.563
2.01.05	Outras Obrigações	26.094	19.714
2.01.05.02	Outros	26.094	19.714
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	19.268	12.205
2.01.05.02.05	Demais Obrigações	6.826	7.509
2.01.06	Provisões	18.804	17.763
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.804	17.763
2.02	Passivo Não Circulante	3.735.917	3.462.541
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	212.114	245.951
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	212.114	245.951
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	212.114	245.951
2.02.02	Outras Obrigações	2.903.663	2.634.228
2.02.02.02	Outros	2.903.663	2.634.228
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.527.638	2.233.652
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	314.241	324.199
2.02.02.02.04	Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	48.682	48.682
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	13.102	13.102
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	0	14.593
2.02.03	Tributos Diferidos	434	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434	434
2.02.04	Provisões	72.497	73.482
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.175	25.544
2.02.04.02	Outras Provisões	45.322	47.938
2.02.04.02.04	Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	45.322	47.938
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	547.209	508.446
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	547.209	508.446
2.03	Patrimônio Líquido	-583.751	-500.103
2.03.01	Capital Social Realizado	263.145	263.145
2.03.02	Reservas de Capital	-111	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-111	-111
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-854.804	-769.620
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.019	6.483

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.419	32.789	12.257	25.822
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.967	-91.881	-41.510	-86.332
3.03	Resultado Bruto	-27.548	-59.092	-29.253	-60.510
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	17.497	2.861	-24.812	-48.583
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.510	-9.708	-5.436	-10.886
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.710	-23.874	-15.713	-32.618
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.121	16.734	61	2.078
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.050	-4.338	-3.545	-4.255
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.646	24.047	-179	-2.902
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.051	-56.231	-54.065	-109.093
3.06	Resultado Financeiro	-12.958	-28.953	-21.855	-43.274
3.06.01	Receitas Financeiras	2.914	5.885	2.393	5.881
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.872	-34.838	-24.248	-49.155
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.009	-85.184	-75.920	-152.367
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.009	-85.184	-75.920	-152.367
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.009	-85.184	-75.920	-152.367
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,9428	-7,1927	-6,4106	-12,8654
3.99.01.02	PN	-1,9428	-7,1927	-6,4106	-12,8654
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-1,9428	-7,1927	-6,4106	-12,8654
3.99.02.02	PN	-1,9428	-7,1927	6,4106	-12,8654

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-23.009	-85.184	-75.920	-152.367
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.268	1.536	-5.746	-10.937
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	2.242	1.458	-5.682	-11.116
4.02.02	Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponível para Venda	26	78	-64	179
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.741	-83.648	-81.666	-163.304

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-64.644	-92.424
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-61.598	-70.499
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-85.184	-152.367
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	29.900	32.273
6.01.01.03	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	68	-2.021
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-24.047	2.902
6.01.01.05	Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24.063	24.418
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	-2.315	1.701
6.01.01.08	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	287	434
6.01.01.09	Atualização Monetária de Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.725	8.925
6.01.01.10	Atualização Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	8.007	14.583
6.01.01.11	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	-1.374	-1.347
6.01.01.12	Outras Receitas e Despesas	-13.728	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.716	2.081
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-23.964	-13.368
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-16.920	-40.677
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-147	-20
6.01.02.04	Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais	3.060	4.370
6.01.02.05	Fornecedores	14.548	-48.815
6.01.02.06	Receita Recebida Antecipadamente	38.763	98.760
6.01.02.07	Outras Contas Ativas e Passivas	-3.624	1.831
6.01.03	Outros	-14.762	-24.006
6.01.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos	-3.739	-3.688
6.01.03.03	Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	-121	-6.797
6.01.03.04	Pagamento de Encargos de Acordos Judiciais	-8.247	-13.521
6.01.03.05	Pagamento de Principal de Acordos Judiciais	-2.655	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-71.997	-365.135
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-100.251	-363.875
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-517	-1.260
6.02.04	Incorporação de Controlada	28.769	0
6.02.05	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	163.495	369.788
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	163.495	369.788
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	26.854	-87.771
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	282.735	251.910
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	309.589	164.139

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-769.620	6.483	-500.103
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-769.620	6.483	-500.103
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-85.184	1.536	-83.648
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-85.184	0	-85.184
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.536	1.536
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	78	78
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	1.458	1.458
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-854.804	8.019	-583.751

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-152.367	-10.937	-163.304
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-152.367	0	-152.367
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.937	-10.937
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	179	179
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-11.116	-11.116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	263.145	-111	0	-651.104	6.006	-382.064

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	68.739	42.941
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.424	32.978
7.01.02	Outras Receitas	16.731	2.071
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.871	8.132
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-287	-240
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.715	-33.520
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-24.831	-24.715
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.471	-8.256
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.907	-4
7.02.04	Outros	-506	-545
7.03	Valor Adicionado Bruto	34.024	9.421
7.04	Retenções	-29.900	-32.273
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.900	-32.273
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.124	-22.852
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	34.403	7.201
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.047	-2.902
7.06.02	Receitas Financeiras	6.812	6.616
7.06.03	Outros	3.544	3.487
7.06.03.01	Alugueis	3.542	3.480
7.06.03.02	Dividendos	2	7
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	38.527	-15.651
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	38.527	-15.651
7.08.01	Pessoal	32.048	37.584
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.138	21.515
7.08.01.02	Benefícios	4.755	4.986
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.111	2.359
7.08.01.04	Outros	4.044	8.724
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento Voluntário	-2.315	1.701
7.08.01.04.02	Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados PF	324	33
7.08.01.04.03	Outros Encargos Sociais	6.035	6.990
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.014	22.213
7.08.02.01	Federais	10.225	8.580
7.08.02.02	Estaduais	12.573	13.447
7.08.02.03	Municipais	216	186
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.649	76.919
7.08.03.01	Juros	34.795	47.933
7.08.03.02	Aluguéis	27.569	24.743
7.08.03.03	Outras	6.285	4.243
7.08.03.03.02	Outras	6.285	4.243
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-85.184	-152.367
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-85.184	-152.367

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	0	3.059.928
1.01	Ativo Circulante	0	442.716
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	282.735
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.631
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	1.631
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	1.631
1.01.03	Contas a Receber	0	44.157
1.01.03.01	Clientes	0	44.157
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	76.393
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	76.393
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	37.800
1.01.08.03	Outros	0	37.800
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	0	8.009
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	0	5.456
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	0	11.634
1.01.08.03.04	Outros Ativos Realizáveis	0	12.701
1.02	Ativo Não Circulante	0	2.617.212
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	274.520
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	51.208
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	51.208
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	177.061
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	0	177.061
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	46.251
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	0	29.776
1.02.01.09.04	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	0	16.475
1.02.02	Investimentos	0	48.376
1.02.02.01	Participações Societárias	0	48.376
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	48.376
1.02.03	Imobilizado	0	2.275.655
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	284.890
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	1.990.765
1.02.04	Intangível	0	18.661
1.02.04.01	Intangíveis	0	18.661
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	0	7.838
1.02.04.01.03	Direito sobre Autorizações	0	3.946
1.02.04.01.04	Sistemas em Andamento	0	6.877

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	0	3.059.928
2.01	Passivo Circulante	0	97.490
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	9.299
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	9.214
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	85
2.01.02	Fornecedores	0	40.119
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	40.119
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	7.032
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	2.362
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	4.648
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	22
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	3.563
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	3.563
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	3.563
2.01.05	Outras Obrigações	0	19.714
2.01.05.02	Outros	0	19.714
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	0	12.205
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	0	7.509
2.01.06	Provisões	0	17.763
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	17.763
2.02	Passivo Não Circulante	0	3.462.541
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	245.951
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	245.951
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	245.951
2.02.02	Outras Obrigações	0	2.634.228
2.02.02.02	Outros	0	2.634.228
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	2.233.652
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	0	324.199
2.02.02.02.04	Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	0	48.682
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	0	13.102
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	0	14.593
2.02.03	Tributos Diferidos	0	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	434
2.02.04	Provisões	0	73.482
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	25.544
2.02.04.02	Outras Provisões	0	47.938
2.02.04.02.04	Prov. Programa de Indenização por Serviços Prestados	0	47.938
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	0	508.446
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	0	508.446
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	0	-500.103
2.03.01	Capital Social Realizado	0	263.145
2.03.02	Reservas de Capital	0	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-111
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-769.620
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	6.483

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	0	12.257	25.822
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	-41.510	-86.332
3.03	Resultado Bruto	0	0	-29.253	-60.510
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	0	0	-24.830	-48.703
3.04.01	Despesas com Vendas	0	0	-5.436	-10.886
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	0	-15.713	-32.618
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	61	2.078
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-4.138	-4.849
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	396	-2.428
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	0	0	-54.083	-109.213
3.06	Resultado Financeiro	0	0	-21.832	-43.105
3.06.01	Receitas Financeiras	0	0	2.416	6.050
3.06.02	Despesas Financeiras	0	0	-24.248	-49.155
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	0	-75.915	-152.318
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-5	-49
3.08.01	Corrente	0	0	-5	-49
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	0	-75.920	-152.367
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	0	-75.920	-152.367
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	0	-75.920	-152.367
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	-0,641	-1,2864
3.99.01.02	PN	0	0	-0,641	-1,2864
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0	0	-0,641	-1,2864
3.99.02.02	PN	0	0	-0,641	-1,2864

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	0	-75.920	-152.367
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-5.746	-10.937
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	0	0	-5.682	-11.116
4.02.02	Ganho com Instrumento Financeiro - Ativos Financeiro Disponível para Venda	0	0	-64	179
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	0	-81.666	-163.304
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	0	-81.666	-163.304

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-97.296
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	-70.974
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-152.318
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	0	32.273
6.01.01.03	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	0	-2.021
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	0	2.428
6.01.01.05	Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	24.418
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	0	1.701
6.01.01.08	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	0	434
6.01.01.09	Atualização Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	0	8.925
6.01.01.10	Provisão para IRPJ e CSLL	0	-50
6.01.01.11	Atualização Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	0	14.583
6.01.01.12	atualização Monetária de Depósitos Judiciais	0	-1.347
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-2.316
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	0	-13.368
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	0	-20
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	0	-40.687
6.01.02.04	Fornecedores	0	-48.815
6.01.02.05	Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais	0	4.370
6.01.02.07	Receita Recebida Antecipadamente	0	98.760
6.01.02.08	Outras Contas Ativas e Passivas	0	-2.556
6.01.03	Outros	0	-24.006
6.01.03.01	Pagamento de Juros de Empréstimos	0	-3.688
6.01.03.02	Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	0	-6.797
6.01.03.03	Pagamento de Encargos de Acordos Judiciais	0	-13.521
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-365.135
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	0	-363.875
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-1.260
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	369.788
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	369.788
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-92.643
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	256.782
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	164.139

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760	0	-218.760
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760	0	-218.760
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-152.367	-10.937	-163.304	0	-163.304
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-152.367	0	0	0	-152.367
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.937	0	0	-10.937
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	179	0	0	179
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-11.116	0	0	-11.116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-651.104	6.006	-382.064	0	-382.064

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	0	42.941
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	32.978
7.01.02	Outras Receitas	0	2.071
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	8.132
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-240
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-34.113
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	0	-24.715
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-8.256
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-4
7.02.04	Outros	0	-1.138
7.03	Valor Adicionado Bruto	0	8.828
7.04	Retenções	0	-32.273
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-32.273
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	-23.445
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	7.844
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-2.428
7.06.02	Receitas Financeiras	0	6.785
7.06.03	Outros	0	3.487
7.06.03.01	Aluguéis	0	3.480
7.06.03.02	Dividendos	0	7
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	-15.601
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	0	-15.601
7.08.01	Pessoal	0	37.584
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	21.515
7.08.01.02	Benefícios	0	4.986
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	2.359
7.08.01.04	Outros	0	8.724
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento Voluntário	0	1.701
7.08.01.04.02	Mão-de-Obra Temporária - Serviços de Terceiro - PF	0	33
7.08.01.04.03	Outros Encargos Sociais	0	6.990
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	22.263
7.08.02.01	Federais	0	8.630
7.08.02.02	Estaduais	0	13.447
7.08.02.03	Municipais	0	186
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	76.919
7.08.03.01	Juros	0	47.933
7.08.03.02	Aluguéis	0	24.743
7.08.03.03	Outras	0	4.243
7.08.03.03.02	Outras	0	4.243
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	-152.367
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	-152.367

Relatório Trimestral
Comunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
2º Trimestre de 2017

INFORMAÇÕES E RESULTADO NÃO CONSOLIDADOS (NÃO AUDITADOS)

Este relatório contempla o desempenho operacional e econômico-financeiro da Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebras.

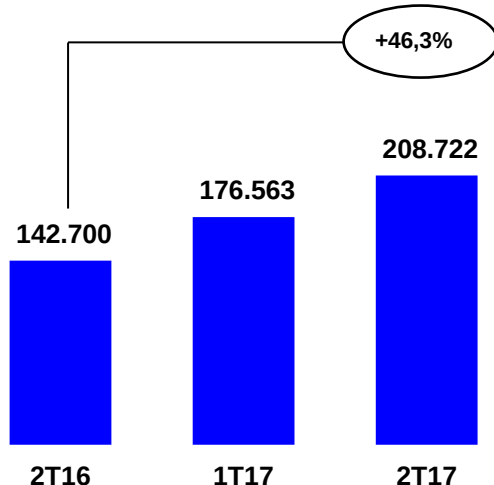
Em 1 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Telebras aprovou a incorporação de sua subsidiária integral Telebras Copa S.A.. Desta forma, a Telebras passa a apresentar somente informações contábeis intermediárias individuais para o trimestre findo em 30 de junho de 2017, sendo as informações comparativas apresentadas nas mesmas bases.

DESEMPENHO OPERACIONAL

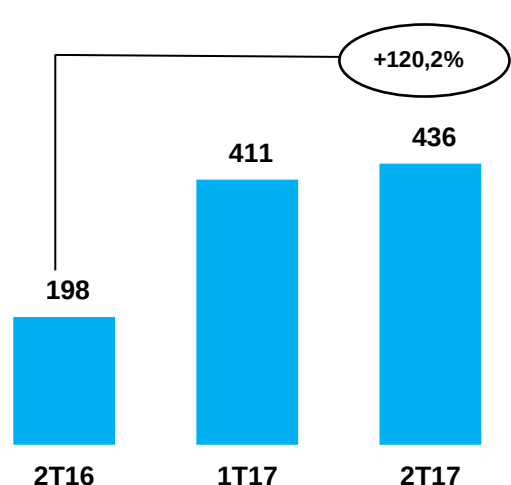
DADOS FÍSICOS

No final do 1S17 a Banda Ativada totalizou 208.722 Mbps, um ganho líquido de 66.022 Mbps (46,3%) na comparação com o 2T16. Com relação aos circuitos faturados, o crescimento foi de 120,2% passando de 198 no 2T16 para 436 no 2T17.

BANDA ATIVADA



CIRCUITOS FATURADOS



CONTRATOS FIRMADOS E EM PROCESSO DE ATIVAÇÃO

No 2T17 e 1T17 a Companhia firmou contratos no valor de R\$ 4,1 milhões e R\$ 355,6 milhões, respectivamente, para prestação de serviços de comunicação de rede de dados, prestação de serviços de telecomunicações de abrangência nacional com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem, com fornecimento de equipamentos de roteamento e prazos contratuais entre 12 e 60 meses. Dentre os contratos firmados nos períodos citados destacam-se: Presidência da República, Ministério do Trabalho, DATAPREV, ANTT, ICMBIO, IBAMA, MOPG/SPU e Junto Telecom. O início da prestação dos serviços iniciou no primeiro semestre de 2017 e o consequente faturamento para o segundo semestre de 2017, proporcional às ativações.

ARPU

O ARPU no 2T17 foi de R\$ 27,4 mil, um aumento de 3,5% (R\$ 26,4 mil) na comparação com o mesmo período do ano anterior. O aumento está ligado aos novos contratos firmados e ao incremento no número de circuitos ativados e faturados.

Relatório Trimestral
Comentário de Desempenho
2º Trimestre de 2017

CHURN

O indicador de Churn no 2T17 foi de 2,32% apresentando um aumento em relação ao 1T17, que foi de 1,41% e também na comparação com o 4T16 (1,80%).

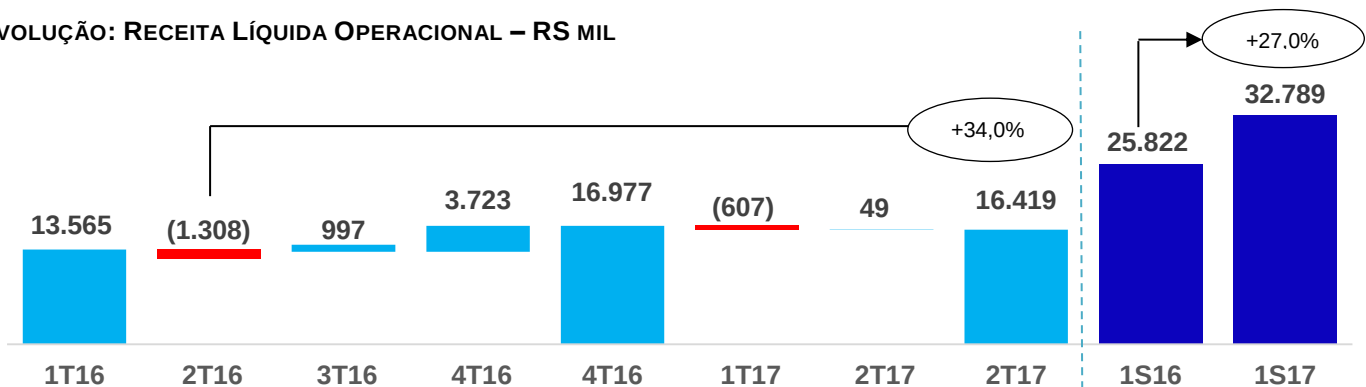
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 2T17 a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 16,4 milhões, um aumento de R\$ 4,2 milhões (34,0%) na comparação com o mesmo período do ano anterior. O avanço da Receita Operacional Líquida está ligado ao maior volume faturado no 2T17 em decorrência da elevação da base de clientes¹ (192 no final do 2T17 – 171 no final do 2T16), bem como, pelo crescimento da banda ativada. Com relação ao 1T17, a Receita Operacional Líquida apresentou-se estável, com variação positiva de 0,3%. No semestre, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 32,8 milhões, crescimento de 27,0% em relação ao 1S16 (R\$ 25,8 milhões).

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano	1S17	1S16	Δ Ano
	2T17	1T17	2T16					
Serviços de Comunicação Multimídia	21.940	21.932	15.674	0,0%	40,0%	43.872	33.283	31,8%
Aluguéis e Locações	1.770	1.772	1.865	-0,1%	-5,1%	3.542	3.480	1,8%
Receita Operacional Bruta	23.710	23.704	17.539	0,0%	35,2%	47.414	36.763	29,0%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(7.291)	(7.334)	(5.282)	-0,6%	38,0%	(14.625)	(10.941)	33,7%
Receita Operacional Líquida	16.419	16.370	12.257	0,3%	34,0%	32.789	25.822	27,0%

EVOLUÇÃO: RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL – RS MIL



DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

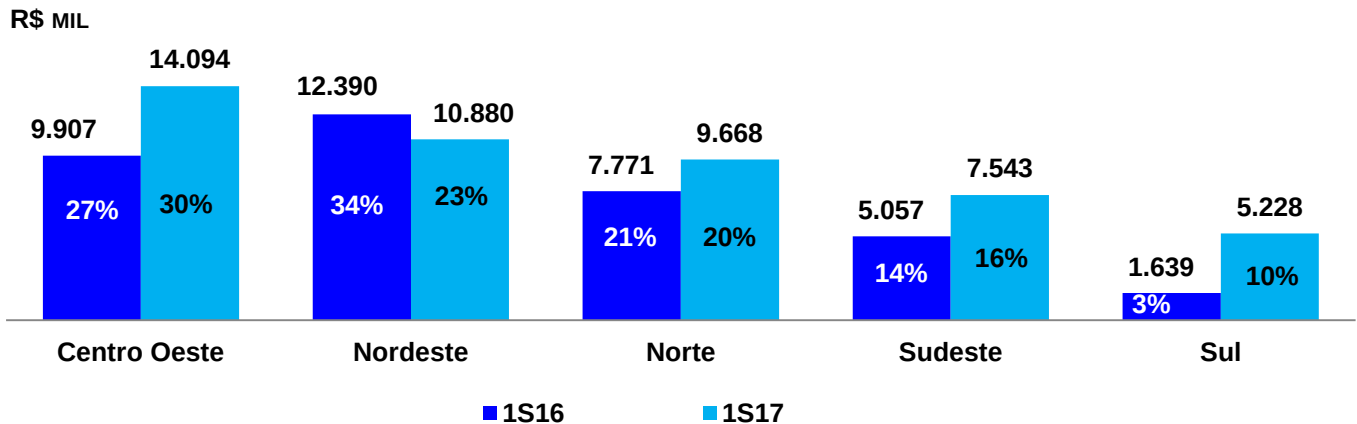
No 2T17 as Deduções da Receita Operacional Bruta, que incluem os tributos, descontos e cancelamentos sobre a Receita Operacional Bruta, aumentaram 38,0% (R\$ 2,0 milhões) em relação ao 2T16 (R\$ 5,2 milhões). Na comparação com o 1T17, a rubrica mostrou-se estável com variação negativa de 0,6%. No acumulado do primeiro semestre, o aumento foi de 33,7%, sendo R\$ 14,6 milhões no 1S17 contra R\$ 10,9 milhões no 1S16.

¹ Provedores/parceiros, Entidades Governamentais, Forças Armadas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Relatório Trimestral
Comunicação de Desenvolvimento
2º Trimestre de 2017

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA POR REGIÃO

No final do 1S17, a distribuição da Receita Operacional Bruta por região apresentava as regiões Centro-Oeste e Nordeste com as maiores participações sobre a geração de receita, sendo o Centro-Oeste com 30% e o Nordeste com 23% (27% e 34% no 1S16, respectivamente). Nestas regiões, os Estados que se destacaram foram o Distrito Federal com receita de R\$ 9,6 milhões (R\$ 5,8 milhões no 1S16) e o Maranhão com receita de R\$ 5,3 milhões (R\$ 6,2 milhões no 1S16).



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano	1S17	1S16	Δ Ano
	2T17	1T17	2T16					
Serviços de Terceiros	(16.987)	(14.875)	(16.522)	14,2%	2,8%	(31.862)	(32.659)	-2,4%
Pessoal (exclui PISP)	(15.560)	(15.213)	(16.550)	2,3%	-6,0%	(30.773)	(32.931)	-6,6%
Alugueis e Locações	(10.932)	(16.616)	(10.978)	-34,2%	-0,4%	(27.548)	(24.727)	11,4%
Meios de Conexão	(3.443)	(2.836)	(2.163)	21,4%	59,2%	(6.279)	(4.226)	48,6%
Tributos	(631)	(358)	(13)	76,3%	4753,8%	(989)	(1.024)	-3,4%
Outras	(180)	(113)	184	59,3%	-197,8%	(293)	(257)	14,0%
Materiais	(90)	(44)	(18)	104,5%	400,0%	(134)	(38)	252,6%
PISP ²	(130)	2.445	(463)	105,3%	-71,9%	2.315	(1.701)	-236,1%
Total	(47.953)	(47.610)	(46.523)	0,7%	3,1%	(95.563)	(97.563)	-2,0%

EVOLUÇÃO - R\$ MIL



² Programa de Indenização por Serviços Prestados.

Relatório Trimestral
Comentário de Desempenho
2º Trimestre de 2017

Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 47,9 milhões no 2T17, mostrando uma estabilidade em relação ao 1T17 (R\$ 47,6 milhões). Com relação ao 2T16, houve um acréscimo de R\$ 1,4 milhão (3,1%), sendo que a rubrica de Meios de Conexão foi a que apresentou maior variação, devido ao ajuste da provisão de Cessão de Meio entre a Telebras e a Eletronorte. No acumulado do semestre, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 95,6 milhões no 1S17 e R\$ 97,6 milhões no 1S16, demonstrando uma redução de 2,0%, que é explicada principalmente pela queda de R\$ 4,0 milhões na provisão do PISP (-236,1%), de R\$ 2,2 milhões em Pessoal e de R\$ 0,8 milhão (-2,4%) nos Serviços de Terceiros. Estas reduções foram parcialmente impactadas pelo crescimento dos custos e despesas com Alugueis e Locações, que tiveram um crescimento de R\$ 2,8 milhões, e dos Meios de Conexão com aumento de R\$ 2,0 milhões.

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

PESSOAL: A redução de 6,0% é justificada pela redução do quadro de pessoal comissionado “ad Nutum” e pela diminuição da remuneração de diretores devido a saídas sem a recomposição do quadro.

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP: No final do 1S17 a provisão para PISP apresentou uma diminuição de R\$ 4,0 milhões em relação ao 1S16. Esta redução foi motivada pela revisão das bases de constituição da provisão para o PISP realizada no 1T17, e que provocou um impacto positivo no resultado de R\$ 2,4 milhões. Na comparação entre o 2T17 e o 2T16, a rubrica se apresentou estável.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No 2T17 os custos e despesas com Serviços de Terceiros totalizaram R\$ 17,0 milhões, um acréscimo de R\$ 0,8 milhão quando confrontado com o 2T16 (R\$ 16,5 milhões). Com relação ao 1T17, verifica-se também um aumento de R\$ 2,1 milhões (14,2%), explicado basicamente pelo reconhecimento dos serviços de elaboração do plano de negócio do Projeto SGDC (R\$ 1,2 milhões). No acumulado do 1S17, o montante dos custos e despesas com Serviços de Terceiros totalizou R\$ 31,9 milhões, estável na comparação com o 1S16 (R\$ 32,7 milhões). Dentre os Serviços de Terceiros, o de maior participação sobre o total deste custos e despesas é o Custo de Manutenção da Planta, que atingiu R\$ 14,0 milhões, tanto no 1S17 como no 1S16.

ALUGUEIS E LOCAÇÕES: O acréscimo de 11,4% (R\$ 2,8 milhões) na comparação entre o 1S17(R\$ 27,5 milhões) e o 1S16 (R\$ 24,7 milhões) é justificado pelo aumento do custo de compartilhamento de infraestrutura, que cresceu 18,2% (R\$ 3,7 milhões) devido aos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; provisão de notas fiscais de competência do mês de março e não recebidas ou entregues fora do prazo de internalização e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e CHESF por serviços prestados. A redução de 34,2% entre o 2T17 e o 1T17 é explicada pelo fato de que a maior parte dos pagamentos do acordo entre Telebras e CHESF ocorreu no 1T17 (R\$ 3,4 milhões).

MEIOS DE CONEXÃO: No 2T17 os custos com meios de conexão totalizaram R\$ 3,4 milhões, um aumento de 59,2% em relação ao 2T16 (R\$ 1,8 milhão). Na comparação com o 1T17, tiveram um acréscimo de 21,4% (R\$ 0,6 milhão). Este comportamento é explicado pelo ajuste da provisão dos custos de cessão de meios para integração das redes de telecomunicações da Telebras e Eletronorte. No final do 1S17, os custos com Meios de Conexão alcançaram R\$ 6,3 milhões (R\$ 4,2 milhões no 1S16), uma variação de 48,6%.

Relatório Trimestral
Companhia de Desempenho
2º Trimestre de 2017

DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	Trimestres					1S17	1S16	Δ Ano
	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano			
Depreciação e Amortização	(15.234)	(14.666)	(16.136)	3,9%	-5,6%	(29.900)	(32.273)	-7,4%

A redução de 7,4 % na comparação entre 1S17 e 1S16 foi provocada pela revisão da vida útil econômica dos ativos da Telebras realizada no 4T16. No 1S17 a Companhia transferiu o montante de R\$ 20,6 milhões da rubrica de Bens e Instalações em Andamento para Bens e Instalações em Serviço, aumentando, desta forma, a base dos bens sujeitos a depreciação e amortização.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

R\$ mil	Trimestres					1S17	1S16	Δ Ano
	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano			
Resultado de Equivalência Patrimonial	24.646	(599)	(179)	4214,5%	13868,7%	24.047	(2.902)	928,6%

O Resultado positivo de Equivalência Patrimonial no 1S17 de R\$ 24,0 milhões foi influenciado pelo Lucro do Período obtido no 1S17 pela coligada Visiona Tecnologia Espacial S.A., na qual a Companhia detém participação de 49% do Capital Social e que reportou um lucro no montante de R\$ 50,4 milhões.

OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres					1S17	1S16	Δ Ano
	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano			
Outras Receitas Operacionais								
Rever. de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais		12	48	n.d	n.d	12	2.065	-99,40%
Recuperação de Perdas com depósitos Judiciais		581		n.d	n.d	718		100,00%
Ganhos sobre o Passivo	15.967			100,0%	100,0%	15.967		100,00%
Outras Receitas	154	20	13	670,0%	1084,6%	37	13	184,60%
Total	16.121	613	61	2529,9%	26327,9%	16.734	2.078	705,30%
Outras Despesas Operacionais								
Tributos	(1.475)			100,0%	100,0%	(1.478)	(19)	n.d
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(80)		(31)	100,0%	158,1%	(80)	(44)	81,82%
Patrocínios	(185)	(114)	(287)	62,3%	-35,5%	(299)	(485)	-38,35%
Multas sobre Passivo	(401)	(89)	(3.000)	350,6%	-86,6%	(490)	(3.314)	-85,21%
Perda sobre Ativo	(1.881)			100,0%	100,0%	(1.881)		100,00%
Outras	(26)	(85)	(227)	-69,4%	-88,5%	(110)	(393)	-72,01%
Total	(4.048)	(288)	(3.545)	1305,6%	14,2%	(4.338)	(4.255)	1,95%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	12.073	325	(3.484)			12.396	(2.177)	

No 2T17 o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo, no montante de R\$ 12,1 milhões. Na comparação com o 1T17 e o 2T16, houve um aumento de R\$ 11,7 milhões e R\$ 15,6 milhões, respectivamente, que é explicado, basicamente, pela baixa de passivos que não atendiam aos critérios de reconhecimento, pois não há expectativa de desembolso de recursos para liquidar tais passivos, conforme CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 4.46. O montante desta baixa foi de R\$ 15.607 milhões. Também neste mesmo conceito foi realizada a baixa de ativos no montante de R\$ 1,8 milhão, por não atenderem aos critérios de reconhecimento, ou seja, tais ativos não representavam fluxos de benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Relatório Trimestral
Comentário de Desempenho
2º Trimestre de 2017

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	Trimestres							
	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano	1S17	1S16	Δ Ano
Receitas Financeiras								
Juros sobre Disponibilidades	2.122	2.656	2.209	-20,1%	-3,9%	4.778	4.996	-4,4%
Juros sobre Depósitos Judiciais	795	579	738	37,3%	7,7%	1.374	1.347	2,0%
Juros sobre Contas a Receber	168	216	123	-22,2%	36,6%	384	215	78,6%
Descontos Financeiros sobre Passivo	276			100,0%	100,0%	276		100,0%
Juros sobre Cauções e Retenções			53	n.d	n.d		53	n.d
Tributos sobre Receitas Financeiras	(447)	(480)	(730)	-6,9%	-38,8%	(927)	(730)	27,0%
Total	2.914	2.971	2.393	-1,9%	21,8%	5.885	5.881	0,1%
Despesas Financeiras								
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(11.157)	(12.907)	(12.667)	-13,6%	-11,9%	(24.064)	(24.418)	-1,4%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(3.148)	(4.859)	(8.143)	-35,2%	-61,3%	(8.007)	(14.583)	-45,1%
Juros/VM s/ Prov. p/Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.545)	(1.180)	(2.392)	30,9%	-35,4%	(2.725)	(8.925)	-69,5%
Outras Despesas Financeiras	(22)	(20)	(1.046)	10,0%	-97,9%	(42)	(1.229)	-96,6%
Total	(15.872)	(18.966)	(24.248)	-16,3%	-34,5%	(34.838)	(49.155)	-29,1%
Resultado Financeiro	(12.958)	(15.995)	(21.855)			(28.953)	(43.274)	

No 2T17 o resultado financeiro foi negativo, no montante de R\$ 13,0 milhões, uma melhora de R\$ 8,9 milhões em relação ao 2T16 (R\$ 219 milhões). Na comparação com o 1T17, o resultado também apresentou evolução positiva de R\$ 3,0 milhões (R\$ 16,0 milhões). Este resultado está diretamente ligado à redução dos índices de atualização indexados à inflação, que apresentação queda. Os principais eventos que contribuíram para este resultado foram:

JUROS SOBRE ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL: A redução de 11,9% e 13,6% na comparação com 2T16 e 1T17, respectivamente, é reflexo direto da redução da taxa SELIC, que é o indexador de atualização destes adiantamentos. No acumulado dos seis meses ocorreu uma estabilidade com variação negativa de -1,4%.

JUROS/VARIAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ACORDOS JUDICIAIS: A redução é justificada pela redução do índice de correção (INPC) e pela amortização de principal ocorrida no período - (R\$ 2,7 milhões no 1S17).

JUROS/VARIAÇÃO MONETÁRIA SOBRE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS: A diminuição é explicada pela redução dos índices de correções e pela baixa por acordo firmado com a FUNCEF em litígio, cujo objeto era reclamação sobre dividendos distribuídos em desacordo com a legislação vigente à época da distribuição (1994), o que reduziu a base sujeita a incidência de juros e atualização monetária em R\$ 66,0 milhões.

Relatório Trimestral
Companhia de Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
2º Trimestre de 2017

EBITDA (LAJIDA)

R\$ mil	Trimestres					1S17	1S16	Δ Ano
	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano			
Prejuízo do Período	(23.009)	(62.175)	(75.920)	-63,0%	-69,7%	(85.184)	(152.367)	-44,1%
(+/-) Resultado Financeiro	12.958	15.995	21.855	-19,0%	-40,7%	28.953	43.274	-33,1%
(+/-) Depreciação e Amortização	15.234	14.666	16.136	3,9%	-5,6%	29.900	32.273	-7,4%
EBITDA	5.183	(31.514)	(37.929)	116,40%	-113,70%	(26.331)	(76.820)	-65,70%
Ajustes:								
(+/-) Equivalência Patrimonial	(24.646)	599	179	n.d	n.d	(24.047)	2.902	-928,6%
(+) Baixa de Ativos Fixos	-	11	-	n.d	n.d	11	-	n.d
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(15.967)	-	-	100,0%	100,0%	(15.967)	-	100,0%
(+) Perdas na Baixa Ativos	1.881	-	-	100,0%	100,0%	1.881	-	100,0%
EBITDA Ajustado	(33.549)	(30.904)	(37.750)	8,6%	-11,1%	(64.453)	(73.918)	-12,8%
Margem EBITDA	31,6%	-192,5%	-309,4%	-116,4%	-110,2%	-80,3%	-297,5%	
Margem EBITDA Ajustado	-204,3%	-188,8%	-308,0%	-0,9%	-30,8%	-196,6%	-286,3%	

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO R\$ MIL: 1S16 – 1S17

1S16	Receita Oper. Bruta	Deduções da Receita	Pessoal	Serviços de Terceiros	Alugueis e Locações	Meios de Conexão	PISP	Outras Despesas, Líquida	1S17
(73.918)	10.651	(3.684)	2.158	797	(2.821)	(2.053)	4.016	401	(64.453)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, o Resultado de Equivalência Patrimonial e Outros Eventos não Recorrentes (Ganhos na Baixa Passivos e Perdas na Baixa Ativos) para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 2T17 o EBITDA Ajustado foi negativo no valor de R\$ 33,5 milhões (R\$ 37,8 milhões no 2T16), demonstrando uma redução da insuficiência de geração de caixa operacional de -11,1%. Com relação 1T17 (30,9 milhões), o EBITDA Ajustado foi 8,6% menor. No acumulado do semestre o EBITDA foi negativo no montante de R\$ 64,5 milhões, demonstrando uma melhora em relação ao 1S16 (R\$ 73,9 milhões). Este resultado é reflexo do aumento da Receita Operacional Líquida (27,0%) e da redução dos Custos e Despesas Operacionais (3,4%). A Margem EBITDA Ajustada no 1S17 foi de -196,6%, enquanto que em 1S16 foi de -286,3%, uma diminuição de 31,3%.

Relatório Trimestral
Companhia de Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
2º Trimestre de 2017

PREJUÍZO DO PERÍODO AJUSTADO

R\$ Mil	Trimestres					1S17	1S16	Δ Ano
	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano			
Prejuízo do Período	(23.009)	(62.175)	(75.920)	-63,0%	-69,7%	(85.184)	(152.367)	-44,1%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:								
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(15.967)			100,0%	100,0%	(15.967)		100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos	1.881			100,0%	100,0%	1.881		100,0%
Prejuízo do Período Ajustado	(37.095)	(62.175)	(75.920)	-40,9%	-51,6%	(99.270)	(152.367)	-34,8%
Margem Líquida	-225,9%	-379,8%	-619,4%	-41,1%	-63,9%	-302,8%	-590,1%	-48,7%
Prejuízo por Ação Ajustado (R\$)	(3,1395)	(5,2495)	(6,4100)	-40,9%	-51,6%	(8,3814)	(12,8644)	-34,8%

O Prejuízo do Período Ajustado por eventos não recorrentes no 1S17 foi de R\$ 99,2 milhões (R\$ 152,4 milhões no 1S16), redução de R\$ 53,1 milhões (-34,8%). A redução é explicada pelos seguintes fatos: crescimento da Receita Operacional Líquida (R\$ 6,9 milhões); redução os Custos e Despesas Operacionais (R\$ 2,0 milhões); queda na Depreciação e Amortização (R\$ 2,3 milhões); Ganho no Resultado de Equivalência Patrimonial (R\$ 24,0 milhões); e pela melhora do Resultado Financeiro (R\$ 14,3 milhões).

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA³

R\$ Mil	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016	Δ Trim.	Δ Ano
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	251.030	249.514	246.813	0,6%	1,7%
Curto Prazo	38.916	3.563	3.504	992,2%	1010,6%
Longo Prazo	212.114	245.951	243.309	-13,8%	-12,8%
Credores por Acordos Judiciais - PREVI e FUNCEF	197.960	200.855	214.686	-1,4%	-7,8%
Curto Prazo	19.268	12.205	16.122	57,9%	19,5%
Longo Prazo	178.692	188.650	198.564	-5,3%	-10,0%
Dívida Bruta	448.990	450.369	461.499	-0,3%	-2,7%
(-) Aplicações Financeiras - (Garantias)	53.693	51.208	48.498	4,9%	10,7%
(-) Caixa Disponível	309.589	282.735	164.139	9,5%	88,6%
Dívida Líquida	85.708	116.426	248.862	-26,4%	-65,6%
EBITDA Anualizado	(94.015)	(144.624)	(123.314)	-35,0%	-23,8%
Dívida Líquida / EBITDA	-	-	-	n.d	n.d

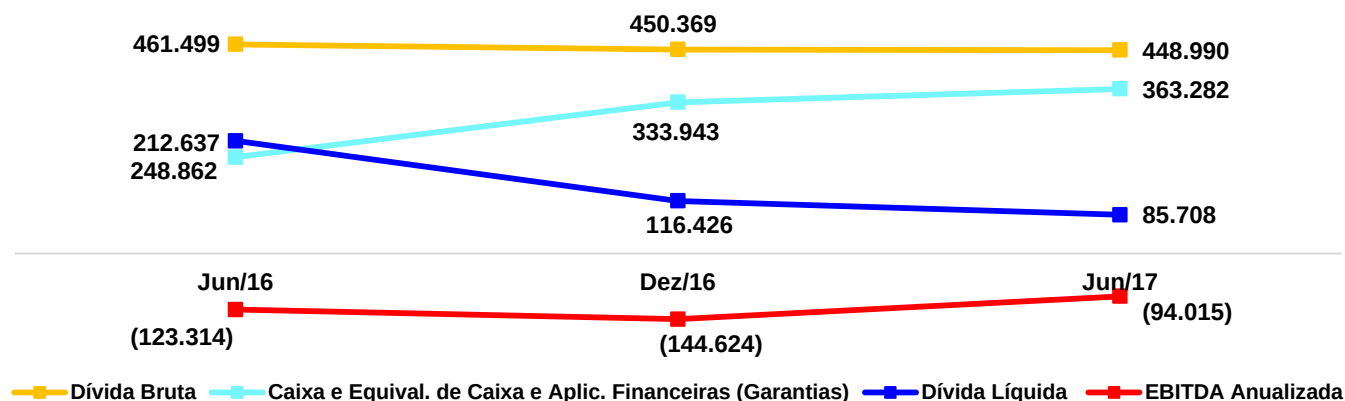
A Dívida Bruta da Companhia em junho de 2017 reduziu 2,7% (R\$ 12,5 milhões) em relação a junho de 2016. Já na comparação com dezembro de 2016 a variação foi de -0,3%. A queda em relação a junho de 2016 foi motivada pelas amortizações de principal e dos juros dos Credores por Acordos Judiciais (R\$ 32,0 milhões), que ocorreram no período entre junho de 2016 e junho de 2017. Apesar destas amortizações também ocorreu no período acréscimo em função do acordo judicial com a FUNCEF no montante de R\$ 66,0 milhões, cuja origem foi a decisão desfavorável à Telebras em litígio na esfera cível de reclamação por pagamento de dividendos em desacordo com a legislação vigente à época de distribuição dos dividendos (1994). A Dívida Líquida teve redução de 65,6% na comparação com junho de 2016, em decorrência, principalmente, dos fluxos de caixa gerado no período e que foram impactados positivamente pelos aportes recebidos da União no período de junho de 2016 a maio de 2017 (R\$ 612,6 milhões). O

³ Dívida Líquida= Dívida bruta – Caixa e Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras de recursos vinculados a garantias de empréstimos e financiamentos e de acordos judiciais firmados com credores.

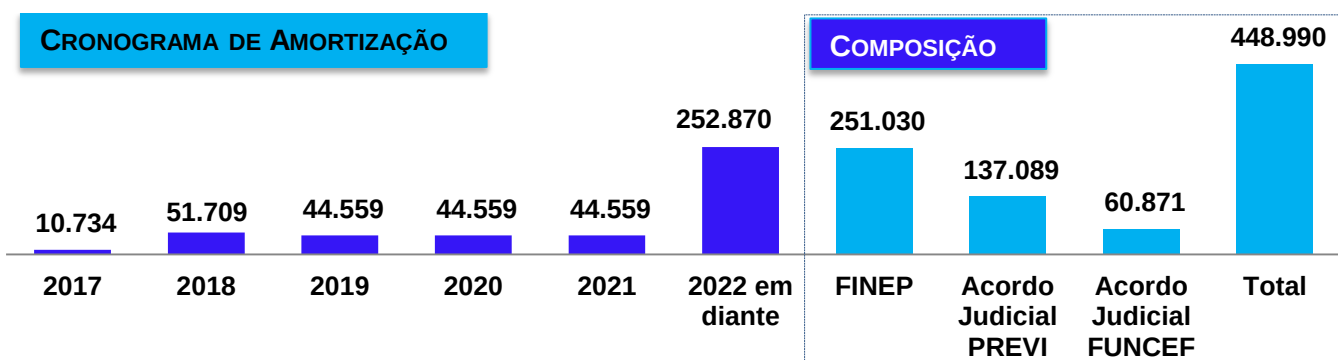
Relatório Trimestral
Comunicação de Desenvolvimento
Telec Brasileiro S.A. - TELEBRAS
2º Trimestre de 2017

indicador de Dívida Líquida vezes EBITDA não é apresentado para os períodos comparados devido ao resultado do EBITDA anualizado ser negativo para estes períodos.

COMPORTAMENTO DOS COMPONENTES DA DÍVIDA LÍQUIDA – R\$ MIL



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ MIL



Cronograma de Amortização por Dívida – R\$ Mil	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.446	35.470	30.302	30.302	30.302	121.208	251.030
Credores por Acordo Judiciais	7.288	16.239	14.257	14.257	14.257	131.662	197.960
Total	10.734	51.709	44.559	44.559	44.559	252.870	448.990

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ACORDOS DE DÍVIDAS

R\$ mil	30/06/2017	
	Empréstimos e Financiamentos	Acordos Judiciais (i)
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2016	249.514	200.855
Juros e Variação Monetária do Período	5.255	8.007
Juros Pagos	(3.739)	(8.247)
Amortizações de principal		(2.655)
Saldo em 30 de junho de 2016	251.030	197.960

(i) exclui acordo com a empresa VTUM Produções e Empreendimentos Ltda.

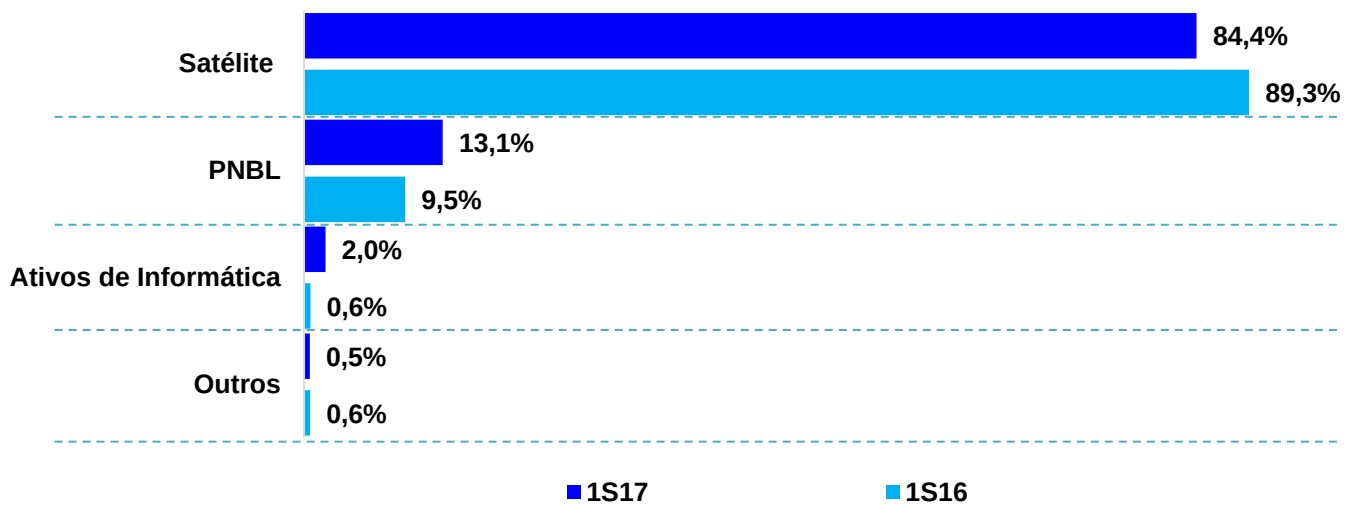
Relatório Trimestral
Comunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
2º Trimestre de 2017

CAPEX

DISTRIBUIÇÃO DO CAPEX

R\$ mil	Trimestres					1S17	1S16	Δ Ano
	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano			
Satélite (*)	69.426	18.637	211.598	272,5%	-67,2%	88.063	212.572	-58,6%
PNBL	7.911	5.763	15.698	37,3%	-49,6%	13.674	22.703	-39,8%
Ativos de Informática	1.322	778	746	69,9%	77,2%	2.100	1.400	50,0%
Outros	520	41	1.262	1167,6%	-58,8%	561	1.338	-58,1%
Total	79.179	25.219	229.304	214,0%	-65,5%	104.397	238.013	-56,1%

* Exclui encargos financeiros capitalizados.



No 1S17 a Telebras realizou investimentos da ordem de R\$ 104,4 milhões (R\$ 238,0 milhões no 1S16), uma redução de 56,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta diminuição é explicada pelos desembolsos para o projeto SDGC em função do atual estágio do projeto. O principal destino dos investimentos realizados pela Telebras foi o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - (Projeto SGDC), que recebeu 84,4% dos recursos aplicados no 1S17 (89,3% no 1S16).

Relatório Trimestral
Comentário de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
2º Trimestre de 2017

ANEXO I**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

R\$ mil	Trimestres			1S17	1S16
	2T17	1T17	2T16		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	23.710	23.704	17.539	47.414	36.763
Serviços de Comunicação Multimídia	21.940	21.932	15.674	43.872	33.283
Aluguéis e Locações	1.770	1.772	1.865	3.542	3.480
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(7.291)	(7.334)	(5.282)	(14.625)	(10.941)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(7.099)	(7.078)	(4.992)	(14.177)	(10.636)
Descontos Incondicionais	(192)	(256)	(290)	(448)	(305)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16.419	16.370	12.257	32.789	25.822
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.236)	(47.884)	(50.186)	(59.120)	(102.642)
Serviços de Terceiros	(16.987)	(14.875)	(16.522)	(31.862)	(32.659)
Pessoal (Exclui PISP)	(15.560)	(15.213)	(16.550)	(30.773)	(32.931)
Aluguéis e Locações	(10.932)	(16.616)	(10.978)	(27.548)	(24.727)
Meios de Conexão	(3.443)	(2.836)	(2.163)	(6.279)	(4.226)
Tributos	(631)	(358)	(13)	(989)	(1.024)
Material	(90)	(44)	(18)	(134)	(38)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(130)	2.445	(463)	2.315	(1.701)
Equivalência Patrimonial	24.646	(599)	(179)	24.047	(2.902)
Outras Despesas Operacionais	(4.230)	(401)	(3.361)	(4.631)	(4.512)
Outras Receitas Operacionais	16.121	613	61	16.734	2.078
EBITDA	5.183	(31.514)	(37.929)	(26.331)	(76.820)
Margem EBITDA	31,6%	-192,51%	-309,45%	-80,30%	-297,50%
Depreciação e Amortização	(15.234)	(14.666)	(16.136)	(29.900)	(32.273)
EBIT	(10.051)	(46.180)	(54.065)	(56.231)	(109.093)
Resultado Financeiro	(12.958)	(15.995)	(21.855)	(28.953)	(43.274)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(23.009)	(62.175)	(75.920)	(85.184)	(152.367)
Margem Líquida	-140,1%	-379,81%	-619,40%	-259,79%	-590,07%
Quantidade de Ações em Milhares - Em Circulação	11.844	11.844	11.844	11.844	11.844
Prejuízo por Ação - Básico e Diluído (R\$)	(1,9428)	(5,2495)	(6,4106)	(7,1927)	(12,8654)

Relatório Trimestral
Comentário de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
2º Trimestre de 2017

ANEXO II**BALANÇO PATRIMONIAL**

Balanço Patrimonial - R\$ mil	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016
Total Ativo	3.299.712	3.059.928	2.747.920
Circulante	479.839	413.355	321.270
Caixa e Equivalentes de Caixa	309.589	282.735	164.139
Contas a Receber de Clientes	45.397	21.720	28.619
Tributos a Recuperar	86.950	75.074	68.865
Depósitos Judiciais	8.212	8.009	33.052
Dividendos a Receber	5.456	5.456	5.456
Aplicações Financeiras	1.709	1.631	1.616
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	13.291	11.634	12.147
Outros Ativos Realizáveis	9.235	7.096	7.376
Não Circulante	2.819.873	2.646.573	2.426.650
Aplicações Financeiras	53.693	51.208	48.498
Tributos a Recuperar	182.105	177.061	165.125
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	16.266	16.475	21.248
Depósitos Judiciais	31.094	29.776	3.531
Outros Ativos Realizáveis	518	592	586
Realizável a Longo Prazo	283.676	275.112	238.988
Investimentos	73.880	77.145	76.624
Imobilizado	2.443.183	2.275.655	2.091.247
Intangível	19.134	18.661	19.791
Total Passivo	3.299.712	3.059.928	2.747.920
Circulante	147.546	97.490	121.859
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	12.359	9.299	12.618
Fornecedores	43.097	40.119	60.331
Tributos Indiretos	8.276	7.032	5.970
Empréstimos e Financiamentos	38.916	3.563	3.504
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	18.804	17.763	16.525
Credores por Perdas Judiciais	19.268	12.205	16.122
Outras Obrigações	6.826	7.509	6.789
Não Circulante	3.735.917	3.462.541	3.008.125
Tributos Indiretos	434	434	434
Empréstimos	212.114	245.951	243.309
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	27.175	25.544	24.463
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	45.322	47.938	49.653
Credores por Perdas Judiciais	314.241	324.199	334.023
Grupamento de Ações	13.102	13.102	13.107
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682	48.682	48.682
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	2.527.638	2.233.652	1.789.574
Receita Recebida Antecipadamente	547.209	508.446	489.360
Outras Obrigações	-	14.593	15.520
Patrimônio Líquido	(583.751)	(500.103)	(382.064)
Capital Social	263.145	263.145	263.145
Prejuízos Acumulados	(854.804)	(769.620)	(651.104)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.019	6.483	6.006
Ações em Tesouraria	(111)	(111)	(111)

Relatório Trimestral
Comentário de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
2º Trimestre de 2017

ANEXO III**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

R\$ mil	Trimestres			1S17	1S16
	2T17	1T17	2T16		
Recursos Gerados/(Consumidos) nas Atividades:					
Operacionais	(36.221)	(28.423)	(81.779)	(64.644)	(92.424)
Investimento	(25.260)	(46.737)	(119.170)	(71.997)	(365.135)
Financiamento	117.000	46.495	205.000	163.495	369.788
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa:	55.519	(28.665)	4.051	26.854	(87.771)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	254.070	282.735	160.088	282.735	251.910
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	309.589	254.070	164.139	309.589	164.139
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	55.519	(28.665)	4.051	26.854	(87.771)



1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

1.2 Grupamento de ações

A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Telebras realizada em 3 de março de 2016 aprovou o grupamento de 118.442.718 ações nominativas escriturais, das quais 97.439.719 ordinárias e 21.002.999 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de dez ações para uma. Isso resultou em 11.844.270 ações nominativas escriturais, sendo 9.743.971 ações ordinárias e 2.100.299 ações preferenciais, nos termos no artigo 12, da Lei 6.404/76.

A medida visou elevar os preços das ações e atender a uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que é a de manter os papéis em negociação na BM&Fvespa com valores acima de R\$ 1,00 a unidade, em 30 pregões consecutivos.

A aprovação pelo Conselho de Administração da Telebras para operação ocorreu em 2 dezembro de 2015.

Em 30 de junho de 2017, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto e 47,40% de seu capital total. Em 3 de dezembro de 2013, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

Resumo do quadro societário em 30 de junho de 2017:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	5.613.570	57,61%	União Federal	113	0,01%	União Federal	5.613.683	47,40%
FINEP	3.231.600	33,17%	FINEP		0,00%	FINEP	3.231.600	27,28%
Outros	898.801	9,22%	Outros	2.100.186	99,99%	Outros	2.998.987	25,32%
Total	9.743.971	100,00%	Total	2.100.299	100,00%	Total	11.844.270	100,00%

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de: (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia também realiza outros projetos especiais, dentre eles: o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC), que teve seu lançamento realizado em 4 de maio de 2017 e já se encontra em seu posicionamento orbital final e com realização de testes e configurações finais e alinhamento de seus sistemas para a entrada em operação; e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

1.3 Incorporação da TELEBRAS COPA S.A

Em 1 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R\$ 28.769; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A Incorporação ocorreu após a finalização dos eventos para os quais a Telebras Copa S.A foi criada, ou seja, prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações.

O acervo líquido incorporado ao patrimônio da Telebras conforme laudo de avaliação em 30 de setembro de 2016 é apresentado a seguir:

Ativo	
Circulante	29.361
Contas a Receber de Clientes	22.437
Tributos a Recuperar	1.320
Outros Ativos Realizáveis	5.604
Total	29.361
Passivo	
Circulante	19
Tributos a Recolher	19
Não Circulante	573
Outras Obrigações	573
Total do Passivo Exigível	592
Acervo Líquido	28.769

O saldo do investimento na controlada Telebras Copa S.A foi eliminado no processo de incorporação.

1.4 Contrato com a DATAPREV e Ministério do Trabalho

1.4.1 Contrato com a DATAPREV

Em 14 de março de 2017, a DATAPREV assinou contrato com a TELEBRAS para fornecimento de toda a rede de previdência, incluído agências, gerência e superintendências regionais e entidade parceiras. Ao todo a rede da DATAPREV é formada por mais de 1.700 circuitos ativos de comunicação de dados em todo o Brasil, conectados aos data centers da DATAPREV.

A TELEBRAS prestará serviços de comunicação para rede de dados, por um período de 60 (sessenta) meses, objetivando a interligação de endereços de interesse da DATAPREV situados em todo território nacional, com fornecimento de equipamentos de roteamento, ao preço total estimado de R\$ 292.815.

1.4.2 Contrato com Ministério do Trabalho

Em 23 de março de 2017, o Ministério do Trabalho contratou a TELEBRAS para prestação de serviços de telecomunicações com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do Ministério do Trabalho em todo o território nacional. O contrato tem prazo de 12 (doze) meses com possibilidade de prorrogação e o preço total contratado foi de R\$ 62.813.

1.5 Lançamento e Controle do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC

Em 4 de maio de 2017, foi realizado com sucesso o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O lançamento ocorreu no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O SGDC é um satélite geoestacionário de uso civil e militar, sendo até o momento o único satélite brasileiro que cobre 100% do território brasileiro em banda Ka. Fruto de uma parceria entre o MCTIC e o Ministério da Defesa, recebeu R\$ 2,7 bilhões em investimentos. Adquirido pela Telebras, tem uma banda Ka, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – especialmente em áreas remotas –, e uma banda X, que corresponde a 30% do investimento total do projeto, de uso exclusivo das Forças Armadas.

Nos primeiros dias após o lançamento, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas passou por testes e configurações finais e alinhamento de seus sistemas para a entrada em operação. Em 11 de junho de 2017, o satélite atingiu seu posicionamento orbital definitivo – a 36 mil quilômetros de distância em relação à superfície da Terra.

Em 30 de junho de 2017, a Telebras assumiu o controle total do satélite, com a operacionalização acontecendo tanto da sede da empresa, como dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário, COPE – P e COPE-S, situados em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1), que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, arquivadas em 10 de março de 2017 na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

Com a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras em 1 de junho de 2017 pelo Conselho de Administração, a Companhia deixa de apresentar, a partir desta data as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 8 de agosto de 2017.

2.2 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das informações contábeis intermediárias, é o Real (R\$).

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No semestre findo em 30 de junho de 2017, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e coligadas.

3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1. Fatores de risco

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da

Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1. Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

3.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negatização do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

3.1.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores	43.097	43.097	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	251.030	617	2.827	65.772	90.906	90.908
Acordo Judicial FUNCEF	60.871	1.399	-	6.084	12.305	41.083
Acordo Judicial PREVI	137.089	820	5.077	20.309	30.454	80.429
Total	492.087	45.933	7.904	92.165	133.665	212.420

3.1.4. Risco de mercado

3.1.4.1. Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo, com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, à pessoal, à tecnologia e à infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a fim de atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além do PNBL, a Telebras vem trabalhando fortemente nos preparativos para entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que teve seu lançamento em 4 de maio de 2017 e que já se encontra em seu posicionamento orbital final e sobre o controle total da Telebras. Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais, que irá interligar a América do Sul à Europa com a transmissão de dados entre os dois continentes, que atualmente depende dos Estados Unidos da América.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à TELEBRAS o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações,

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Acordos Judiciais, pois quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2018, o INPC será de 4,76% conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados – 30/06/2018		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			4,76%	5,95%	7,14%
Credores por Perdas Judiciais					
PREVI	INPC	137.089	143.614	145.246	146.877
FUNCEF	INPC	60.871	63.770	64.494	65.218
Passivo Exposto		197.960	207.384	209.740	212.095
Efeito da Variação do INPC			(9.424)	(11.780)	(14.135)

3.3. Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 10), Dividendos a receber (Nota Explicativa 9), Fornecedores (Nota Explicativa 16), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22) e Credores por Acordo Judiciais (Nota Explicativa 20), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

3.3.1. Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros disponíveis para venda; e ativos financeiros mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**3.3.2. Instrumentos financeiros ativos****3.3.2.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras registradas em Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa 4).

3.3.2.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 4); Contas a Receber de clientes (Nota Explicativa 5); e Dividendos a Receber (Nota Explicativa 9).

3.3.2.3. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do Patrimônio Líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

A Companhia tem classificado nesta categoria as Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 10).

3.3.2.4. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos mantidos até o vencimento que se encontravam classificados nesta categoria até 30 de junho de 2017 eram compostos por Aplicações Financeiras (Nota Explicativa 10), representativas de garantias por: acordo judicial realizado por decisão favorável ao reclamante, cujo objeto do litígio foi o pagamento de dividendos em desacordo com a legislação da época (Nota Explicativa 20) e pela captação de recursos junto a FINEP (Nota Explicativa 22).



3.3.2.5. Instrumentos financeiros passivos

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota Explicativa 17), Empréstimos e Financiamentos (Nota Explicativa 22) e Credores por Perdas Judiciais (Nota Explicativa 20).

3.3.3. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia realiza a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.4.1. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo, e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-*

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

performance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/06/2017		31/12/2016	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	308.731	253.698	281.909	281.909
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	858	372	826	826
Contas a Receber	Custo Amortizado		45.397	22.993	21.720	21.720
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	5.456	5.456
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		53.693	53.693	51.208	51.208
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.709	1.709	1.631	1.631
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		43.097	43.097	40.119	40.119
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		251.030	251.030	249.514	249.514
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		333.509	333.509	336.404	336.404

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e Banco Conta Movimento	858	826
Aplicações Financeiras	308.731	281.909
Total	309.589	282.735

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração médias dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 13,33%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/06/2017	31/12/2016
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	
Serviço de Comunicação e Multimídia	24.238	22.711
Total a Receber Bruto	46.675	22.711
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.278)	(991)
Total a Receber Líquido	45.397	21.720

i) Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras.

5.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
A vencer	7.818	5.743
Não Faturado	2.197	2.082
Vencidos	36.660	14.886
Até 30 dias	3.087	7.128
31 a 60 dias	2.247	2.757
61 a 90 dias	1.289	1.353
91 a 120 dias	1.238	296
121 a 150 dias	1.516	402
151 a 180 dias	553	169
Acima de 180 dias	26.730	2.781
Contas a Receber - Bruto	46.675	22.711
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.278)	(991)
Contas a Receber - Líquido	45.397	21.720

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

5.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidos a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R\$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidas a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R\$ 5.000,00 (Reais), desde que cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa com o critério de constituição é apresentada a seguir:

Vencimentos:	30/06/2017
Faixa de 150 dias (i)	387
Faixa de 330 dias (ii)	891
Total	1.278

Em 30 de junho de 2017, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 1.278 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa no trimestre findo em 30 de junho de 2016 é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(743)
Adições	(725)
Reversão de Provisão	477
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(991)
Adições	(371)
Reversão de Provisão	84
Saldo em 30 de junho de 2017	(1.278)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/06/2017	31/12/2016
IR a Restituir/Compensar e Retenções (i)	154.096	146.115
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.543
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	7.276	6.776
PIS	9.381	9.129
COFINS	11.727	10.564
FUST	19	19
FUNTELL	24	24
INSS	13	13
Tributos Federais:	205.079	195.183
ICMS a Recuperar	63.976	56.952
Tributos Estaduais:	63.976	56.952
Total	269.055	252.135
Circulante	86.950	75.074
Não Circulante	182.105	177.061

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 135.459 (R\$ 135.459 em 31 de dezembro de 2016), que constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Este crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014.

6.1. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	30/06/2017		30/06/2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(85.184)	(85.184)	(152.367)	(152.367)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	(23.502)	(23.502)	(71.786)	(71.786)
Adições permanentes	1.310	1.310	3.391	3.391
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	671	670	2.902	2.902
Outras Adições	639	640	489	489
Exclusões permanentes	(24.812)	(24.812)	(75.177)	(75.177)
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	(24.718)	(24.718)	-	-
Rever. de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	-	(75.177)	(75.177)
Dividendos Recebidos	(2)	(2)	-	-
Outras Exclusões	(92)	(92)	-	-
Adições/(Exclusões) Temporárias:	705	705	8.845	8.845
Adições temporárias:	3.237	3.237	11.104	11.104
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.805	2.805	8.969	8.969
Provisão PISP	-	-	1.701	1.701
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	371	371	434	434
Provisão - Eletronorte	61	61	-	-
Exclusões temporárias:	(2.532)	(2.532)	(2.259)	(2.259)
Reversão de Provisão PISP	(2.315)	(2.315)		
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(133)	(133)	(2.065)	(2.065)
Outras Exclusões	(84)	(84)	(194)	(194)
Base de Cálculo Negativa	(107.981)	(107.981)	(215.308)	(215.308)

6.2. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que a Companhia passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2016 e de 31 de dezembro de 2016:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	52.297	51.630	18.346	18.105
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	319	248	115	22
Provisão PISP	22.419	22.998	7.681	7.890
Prejuízo fiscal/base negativa	205.194	205.194	73.870	73.870
Total	280.229	280.070	100.012	99.887

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IRPJ) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base (CSLL).

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza	30/06/2017			31/12/2016		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	3.653	31.437	35.090	3.553	30.450	34.003
Trabalhista	2.543	305	2.848	2.172	287	2.459
Tributária	36	1.332	1.368	35	1.288	1.323
Total	6.232	33.074	39.306	5.760	32.025	37.785
Circulante	4.022	4.190	8.212	3.847	4.162	8.009
Não Circulante	2.210	28.884	31.094	1.913	27.863	29.776

7.1. Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.760
Adições	99
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	88
Atualização Monetária	285
Saldo em 30 de junho de 2017	6.232
Circulante	4.022
Não Circulante	2.210

7.2. Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.025
Adições	73
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	(88)
Baixas – Despesas com Perdas Judiciais	(26)
Atualização Monetária	1.090
Saldo em 30 de junho de 2017	33.074
Circulante	4.190
Não Circulante	28.884

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

8.1. Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2017	31/12/2016
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	24.545	24.807
Órgãos Governamentais	5.012	3.302
Total	29.557	28.109
Circulante	13.291	11.634
Não Circulante	16.266	16.475

Os valores a receber de Colaboradores cedidos referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários. Também está inclusa, a provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP dos Colaboradores cedidos à ANATEL no valor de R\$ 16.264 (R\$ 16.474 em 31 dezembro de 2016).

Em dezembro de 2016, a Companhia reconheceu perdas no montante de R\$ 3.163 referente a provisões constituídas em anos anteriores e no ano corrente de Provisão para o Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP dos Colaboradores cedidos à Outros Órgãos do Governo Federal. A baixa foi realizada com base em parecer emitido pelo departamento jurídico da Companhia, o qual declarava não haver base legal que sustentasse o reconhecimento e posterior recebimento dos valores provisionados.

8.2. Outros valores realizáveis

	30/06/2017	31/12/2016
Cauções e Retenções (i)	6.416	653
Créditos com Fornecedores	2.233	3.057
Adiantamento a Empregados	587	511
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	517	3.467
Total	9.753	7.688
Circulante	9.235	7.096
Não Circulante	518	592

(i) inclui parcela incorporada da Telebras Copa S.A no valor de R\$ 5.604 referente aos serviços prestados conforme contrato nº 10/2013-MC. (Nota Explicativa 5)

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Em junho de 2017, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 5.456 (R\$ 5.456 em de dezembro de 2016).

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2017	31/12/2016
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	28.374	27.092
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	25.319	24.116
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	1.709	1.631
Total	55.402	52.839
Circulante	1.709	1.631
Não Circulante	53.693	51.208

(i) A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 21).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia – Finam e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em dezembro de 2016, a coligada aumentou seu capital social em R\$ 55.000, com a emissão de 55.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. Desta forma, o capital social da coligada passou a totalizar um montante de R\$ 65.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2016), neste aumento de capital social coube à Telebras a parcela correspondente à sua participação societária de 49% do capital social, ou seja, R\$ 26.950 com emissão de 26.950.000 ações a seu favor.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A. (“CABOS BRASIL” ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No decorrer do exercício de 2016, a coligada realizou aumento de capital social no montante de R\$ 6.760, com a emissão de 6.760.000 novas ações. Assim, o capital social passou de R\$ 3.500 para R\$ 10.260. Do total capitalizado, coube à Telebras a subscrição e integralização de R\$ 2.366 (2.366.000 ações), correspondente ao percentual de participação no capital social da coligada de 35%.

No primeiro semestre de 2017, a Companhia realizou aportes para futuro aumento de capital no valor de R\$ 517.

11.2. Incorporação da Telebras Copa S.A

Em 1 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R\$ 28.769; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. (Nota Explicativa 1.3)

11.3. Composição dos investimentos

	30/06/2017	31/12/2016
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	73.880	77.145

11.4. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						30/06/2017	31/12/2016
Visiona Tecnologia Espacial S.A	65.000	150.609	49,00	49,00	31.850.000	73.798	47.623
Telebras Copa S.A	100	28.769	100,00	100,00	1	-	28.769
Cabos Brasil Europa S.A	10.260	235	35,00	35,00	1.225.000	82	753
Total						73.880	77.145

11.5. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investidas	30/06/2017			31/12/2016		Receita Líquida em 30/06/2016
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	185.066	34.457	9.211	127.998	30.808	36.519
Telebras Copa S.A	-	-	-	29.361	592	-
Cabos Brasil Europa S.A	611	163	-	2.355	204	-

11.6. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Visiona Tecnologia Espacial S.A	50.445	24.718	(3.273)	(1.604)
Telebras Copa S.A	-	-	(475)	(475)
Cabos Brasil Europa S.A	(1.872)	(671)	(2.103)	(823)
Total		24.047		(2.902)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.7. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.623	28.769	753	77.145
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	24.718	-	(671)	24.047
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	1.457	-	-	1.457
Incorporação Telebras Copa S.A		(28.769)	-	(28.769)
Saldo em 30 de junho de 2017	73.798	-	82	73.880

11.8. Informações contábeis das controladas e coligadas

11.8.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A

Balanço Patrimonial	30/06/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	29.865	36.831
Não Circulante	155.201	91.167
Realizável a Longo Prazo	23.996	28.076
Investimento	127.010	58.781
Imobilizado	3.622	3.916
Intangível	573	394
Total	185.066	127.998
Passivo		
Circulante	26.160	30.808
Não Circulante	8.297	
Patrimônio Líquido	150.609	97.190
Total	185.066	127.998

Demonstração do Resultado do Período	30/06/2017	30/06/2016
Receita Líquida	9.211	36.519
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(8.683)	(39.352)
Lucro Bruto	528	(2.833)
Receitas/(Despesas) Operacionais	(11.010)	(12.297)
Equivalência Patrimonial	65.255	6.313
Resultado antes do Resultado Financeiro	54.773	(8.817)
Resultado Financeiro	889	1.760
Resultado antes dos Tributos	55.662	(7.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.217)	3.784
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período	50.445	(3.273)

11.8.2. Telebras Copa S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2016
Ativo	
Circulante	29.361
Total	29.361
Passivo	
Não Circulante	592
Patrimônio Líquido	28.769
Total	29.361

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.8.3. Cabos Brasil Europa S.A

Balanco Patrimonial	30/06/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	140	1.595
Não Circulante	706	760
Investimento	648	691
Imobilizado	58	69
Total	846	2.355
Passivo		
Circulante	611	204
Patrimônio Líquido	235	2.151
Total	846	2.355

Demonstração do Resultado do Período	30/06/2017	30/06/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(1.892)	(2.176)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(1.892)	(2.176)
Resultado Financeiro	20	73
Resultado antes dos Tributos	(1.872)	(2.103)
Prejuízo do Período	(1.872)	(2.103)

12. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 30 de junho de 2017 era de R\$ 2.443.183 (R\$ 2.275.655 em 31 de dezembro de 2016).

No semestre findo em 30 de junho 2017, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 95.715 (R\$ 69.095 no primeiro semestre de 2016) líquido dos rendimentos de aplicações financeiras.

12.1. Revisão da vida útil econômica e conciliação dos ativos

Em dezembro de 2016, a Companhia realizou a revisão de vida útil econômica e a conciliação dos ativos. O trabalho de revisão da vida útil econômica visou a adequação das taxas de depreciação e amortização a uma estimativa mais apropriada da expectativa de vida útil dos bens da Telebras. A revisão foi realizada pelos engenheiros da Companhia e foi suportada pelos conhecimentos e experiências dos profissionais, consultas junto aos fornecedores dos equipamentos e pesquisa em empresas do mesmo segmento. Ao final dos trabalhos foi emitida nota técnica de nº 001.3000-2016.

Como resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, a depreciação e amortização foi reduzida em R\$ 15.245 no exercício de 2016 (R\$ 49.311 em 2016 – R\$ 64.556 em 2015).

A conciliação das classes de ativos foi realizada para regularizar inconsistências encontradas na alocação dos ativos nas respectivas classes de ativos. O trabalho de conciliação foi realizado pelos engenheiros da Companhia.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos que sofreram alteração de vida útil econômica estão apresentados no quadro a seguir:

Descrição da planta	Vida útil anterior	Vida útil revisada	Técnica
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento Comum Dados Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Terminal Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento e Meios de Transporte Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento de Meios de Transporte Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Bastidor	5	10	Infraestrutura
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Container	5	10	Infraestrutura

12.2. Movimentação do imobilizado no período

	Bens e Instalações em Serviço							Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Data Center	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos		
Custo de Aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.949	3.589	77.238	-	7.342	303.745	1.850	1.990.765	2.449.478
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	101.262	101.262
Transferências	199	673	3.059	3.118	4.218	8.821	-	(20.616)	(528)
Capitalização de Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	95.715	95.715
Baixas	-	-	-	-	-	(218)	-	-	(218)
Saldo em 30 de junho de 2017	65.148	4.262	80.297	3.118	11.560	312.348	1.850	2.167.126	2.645.709
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(30.878)	(2.043)	(20.616)	-	(5.509)	(113.401)	(1.376)	-	(173.823)
Depreciação e Amortização	(5.397)	(200)	(3.286)	(208)	(883)	(18.641)	(185)	-	(28.800)
Baixas	-	-	-	-	-	97	-	-	97
Saldo em 30 de junho de 2017	(36.275)	(2.243)	(23.902)	(208)	(6.392)	(131.945)	(1.561)	-	(202.526)
Valor Contábil em 30 de junho de 2017	28.873	2.019	56.395	2.910	5.168	180.403	289	2.167.126	2.443.183
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	34.072	1.545	56.622	-	1.833	190.344	474	1.990.765	2.275.655
Taxa Anual de Depreciação	16,6%	10,0%	De 5,0% a 20,0%	20,0%	20,0%	De 10,0% a 20,0%	20,0%		

No semestre findo em 30 de junho de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados como em garantias, penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

13. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 30 de junho de 2017 era de R\$ 19.134 (R\$ 18.661 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.012	3.946	6.877	28.835
Aquisições	1.377	-	-	1.377
Transferências	528	-	-	528
Baixa	(234)	-	-	(234)
Saldo em 30 de junho de 2017	19.683	3.946	6.877	30.506
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.175)	-	-	(10.175)
Amortização	(1.197)	-	-	(1.197)
Saldo em 30 de junho de 2017	(11.372)	-	-	(11.372)
Valor Contábil em 30 de junho de 2017	8.311	3.946	6.877	19.134
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	7.838	3.946	6.877	18.661
Taxa de Amortização	20,0%			

No semestre findo em 30 de junho de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesse grupamento, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive, as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

	30/06/2017	31/12/2016
Salários e Honorários a Pagar	-	1
Encargos Sociais a Pagar	11.871	9.155
Benefícios Sociais a Pagar	409	59
Mão-de-Obra Temporária	79	84
Total	12.359	9.299
Circulante	12.359	9.299

15. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 45.322 em 30 de junho de 2017 (R\$ 47.938 em 31 de dezembro de 2016). No primeiro trimestre de 2017, foi realizado uma revisão da metodologia de cálculo da provisão que resultou em uma redução de R\$ 2.299.

A movimentação do PISP no primeiro semestre de 2017 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	47.786
Atualização da Provisão	4.893
Baixas por Pagamento no Período	(4.741)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.938
Reversão de Provisão	(2.452)
Baixas por Pagamento no Período	(164)
Saldo em 30 de junho de 2017	45.322

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

O valor de R\$ 13.102 refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos beneficiários para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item “d” divulgado em 3 de dezembro de 2010).

17. FORNECEDORES

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores de Operação	14.516	12.319
Fornecedores de Expansão	28.581	27.800
Total	43.097	40.119
Circulante	43.097	40.119

18. TRIBUTOS INDIRETOS

	30/06/2017	31/12/2016
COFINS	1.568	322
PIS	332	63
FUST	49	49
FUNTEL	25	25
Taxas Federais	1.903	1.903
Tributos Federais - Parcelamento	434	434
Tributos Federais	4.311	2.796
ICMS	4.379	4.648
Tributos Estaduais	4.379	4.648
ISS	20	22
Tributos Municipais	20	22
Total	8.710	7.466
Circulante	8.276	7.032
Não Circulante	434	434

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

19.1. Provisão para riscos prováveis

19.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

Natureza	30/06/2017			31/12/2016		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	35.965	3.653	32.312	33.760	3.553	30.207
Trabalhista	9.014	2.543	6.471	8.567	2.172	6.395
Tributária	1.000	36	964	980	35	945

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	30/06/2017			31/12/2016		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Total	45.979	6.232	39.747	43.307	5.760	37.547
Circulante	18.804	4.022	14.782	17.763	3.848	13.915
Não Circulante	27.175	2.210	24.965	25.544	1.912	23.632

19.1.2. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações	30/06/2017			31/12/2016
	Provisões	Depósitos	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Cíveis				
Ilegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.695	2.623	1.072	764
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	15.769		15.769	21.528
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	2.187	152	2.035	1.779
Outros Processos	14.314	878	13.436	6.136
Total	35.965	3.653	32.312	30.207
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	2.458	27	2.431	2.229
Readmissão de Pessoal	2.072	1.832	240	252
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	-	77	(77)	42
Responsabilidade Subsidiária	1.331	296	1.035	1.256
Outros Processos	3.153	311	2.842	2.616
Total	9.014	2.543	6.471	6.395
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	1.000	36	964	945
Total	1.000	36	964	945
TOTAL GERAL	45.979	6.232	39.747	37.547
Circulante	18.804	4.022	14.782	13.915
Não Circulante	27.175	2.210	24.965	23.632

19.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	43.307
Adições Líquidas	80
Baixas	(133)
Atualizações – Encargos Financeiros	2.725
Saldo em 30 de junho de 2017	45.979
Circulante	18.804
Não Circulante	27.175

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 30 de junho de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	30/06/2017	31/12/2016
Cível	36.375	34.999
Trabalhista	7.037	3.153
Tributária	25.456	23.552
Total	68.868	61.704

19.2.1. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	30/06/2017	31/12/2016
Cíveis		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.170	8.990
Ilegalidade na Venda de Ações	3.565	3.946
Execução Fiscal	19.952	19.839
Outros Processos	4.688	2.224
Total	36.375	34.999
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	610	663
Progressão Salarial	261	298
Outros Processos	6.166	2.192
Total	7.037	3.153
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.078	22.194
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)		1.306
Diversas Origens	1.378	52
Total	25.456	23.552
Total Geral	68.868	61.704

20. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 30 de junho de 2017, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2017	31/12/2016
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	137.089	139.983
Acordo Judicial FUNCEF	60.871	60.872
Total	333.509	336.404
Circulante	19.268	12.205
Não Circulante	314.241	324.199

20.1. Movimentação do período

Saldo em 31 de dezembro de 2015	281.215
Adição – Acordo de Dívida FUNCEF	66.080
Juros e Variação Monetária	23.688
Amortização do Principal	(9.685)
Pagamento de Juros	(24.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	336.404
Juros e Variação Monetária	8.007
Pagamento de Principal	(2.655)
Pagamento de Juros	(8.247)
Saldo em 30 de junho de 2017	333.509

20.2. Cronograma de pagamento

	PREVI	FUNCEF	Total
2017	5.889	1.399	7.288
2018	10.155	6.084	16.239
2019	10.155	4.102	14.257
2020	10.155	4.102	14.257
2021	10.155	4.102	14.257
2022 em diante	90.580	41.082	131.662
Total	137.089	60.871	197.960

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda em função do saldo de R\$ 135.549 estar suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 6).

20.3. Descrição resumida dos termos acordados

20.3.1. VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial, por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM

(ii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 30 de junho de 2017, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial de Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016). Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

20.3.2. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

20.3.3. Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação é de R\$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais com data prevista para pagamento em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo prevê entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê, que em caso de atraso do sinal e das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% previsto no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

21. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 2.527.638 em 31 de junho de 2017 (R\$ 2.233.652 em 31 de dezembro de 2016), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

A Telebrás está concluindo os estudos para a realização da capitalização dos recursos autorizados pelo decreto presidencial de 19 de outubro de 2016, que autorizou a capitalização do montante de R\$ 846.727 referente aos adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela União entre os anos de 2011 e 2015, e do valor residual de capitalizações de anos anteriores no valor de R\$ 7.757. Estes valores serão atualizados pela variação da taxa SELIC até a data definida para capitalização e serão submetidos pela Administração a Assembleia Geral Extraordinária, que com a aprovação, dará prosseguimento aos trâmites legais para efetivar o aumento do capital social.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC em 30 de junho de 2017 e a sua respectiva destinação.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebras S.A	Total
AFAC Recebidos	1.527.240	416.420	101.962	5.000	7.757	2.058.379
Valor Incorporado ao Capital da Telebras S.A		(300.000)				(300.000)
Atualização Monetária	290.637	122.243	53.624	624	8.145	475.273
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.817.877	238.663	155.586	5.624	15.902	2.233.652
AFAC Recebidos	153.600	9.894				163.494
Atualização Monetária	106.428	14.083	8.797	318	866	130.492
Saldo em 30 de junho de 2017	2.077.905	262.640	164.383	5.942	16.768	2.527.638

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	30/06/2017	31/12/2016
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	10.033	8.499
Juros	617	635
Total	251.030	249.514
Circulante	38.916	3.563
Não Circulante	212.114	245.951

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no semestre findo em 30 de junho de 2017 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	244.498
Atualização Monetária	5.004
Juros Incorridos no Período	7.425
Juros Pagos	(7.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	249.514
Atualização Monetária	1.533
Juros Incorridos no Período	3.722
Juros Pagos	(3.739)
Saldo em 30 de junho de 2017	251.030

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos no semestre findo em 30 de junho de 2017 é apresentado a seguir:

2017	3.444
2018	35.470
2019	30.302
2020	30.302
2021	30.302
2022 em diante	121.210
Total	251.030

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

23. RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE

Em 30 de junho de 2017, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 547.209 (R\$ 508.446 em 31 de dezembro de 2016), que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), conforme respectivo Contrato.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2017	31/12/2016
Cauções a Devolver	1	1
Retenções Passivas não Tributárias	306	164
Retenções Passivas Tributárias	6.290	6.132
Outras Obrigações (i)	229	15.805
Total	6.826	22.102
Circulante	6.826	7.509
Não Circulante	-	14.593

(i) A Companhia realizou baixa de passivos reconhecidos em “Outras Obrigações” no montante de R\$ 15.967. Estas obrigações foram baixadas após análise dos valores que se encontravam reconhecidos nesta rubrica e que a Administração entendeu que não atendiam aos critérios de reconhecimento, por não haver expectativa de desembolso de recursos para liquidar tais obrigações. Deste modo, a Administração efetuou a baixa com base no item 4.46 do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que estabelece os critérios de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas e que diz: “Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.”

Outro suporte para baixa está no item 4.38, que preconiza que um elemento só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item **flua para a**

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entidade ou flua da entidade e o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade (grifo nosso).

A contrapartida desta baixa foi o reconhecimento de uma receita (“Outras Receitas Operacionais” – Nota Explicativa 28) conforme o mesmo normativo no seu item 4.47 – “*A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo (grifo nosso), e puder ser mensurado com confiabilidade.*”

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2017, no valor R\$ 263.145 (R\$ 263.145 em 31 de dezembro de 2016), composto de 11.844.270 (11.844.270 em 31 de dezembro de 2016) unidades de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	30/06/2017	31/12/2016
Capital total em ações		
Ordinárias	9.743.971	9.743.971
Preferenciais	2.100.299	2.100.299
Total (A)	11.844.270	11.844.270
Ações em tesouraria		
Ordinárias	193	193
Total (B)	193	193
Ações em circulação		
Ordinárias	9.743.777	9.743.777
Preferenciais	2.100.299	2.100.299
Total (A-B)	11.844.076	11.844.076
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	(583.751)	(500.103)
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	(49,2863)	(42,2239)

25.2. Grupamento de ações

A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Telebras realizada em 3 de março de 2016 aprovou o grupamento de 118.442.718 ações nominativas escriturais, das quais 97.439.719 ordinárias e 21.002.999 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de dez ações para uma. Isso resultou em 11.844.270 ações nominativas escriturais, sendo 9.743.971 ações ordinárias e 2.100.299 ações preferenciais, nos termos no artigo 12, da Lei 6.404/76.

A medida visou elevar os preços das ações e atender a uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de manter os papéis em negociação na BM&Fvespa com valores acima de R\$ 1,00 a unidade, em 30 pregões consecutivos.

A aprovação pelo Conselho de Administração da Telebras ocorreu em 2 dezembro de 2015.

25.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses do art. 8º do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social subscrito pelo número total de ações.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Salvo por deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos “pro rata” dia, subsequente a realização do capital social.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 56 §3º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

25.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros disponíveis para venda, que são representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam e variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas e coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas nas coligadas Visiona e Cabos Brasil.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior		Total
		Visiona	Cabos Brasil	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(523)	7.109	(103)	6.483
Ganhos/(Perdas) com Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	78			78
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa		1.458		1.458
Saldo em 30 de junho de 2017	(445)	8.567	(103)	8.019

25.5. Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22 de maio de 1998.

25.6. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(23.009)	(75.920)	(85.184)	(152.367)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação				
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(18.929)	(62.457)	(70.079)	(125.348)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(4.080)	(13.463)	(15.105)	(27.019)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	9.743	9.743	9.743	9.743
Ações preferenciais – básicas e diluídas	2.100	2.100	2.100	2.100
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,9428)	(6,4106)	(7,1927)	(12,8654)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,9428)	(6,4106)	(7,1927)	(12,8654)

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Serviço de Comunicação e Multimídia	21.940	15.674	43.872	33.283
Aluguéis e Locações (i)	1.770	1.865	3.542	3.480
Receita Operacional Bruta	23.710	17.539	47.414	36.763
Tributos sobre Receita	(7.099)	(4.992)	(14.177)	(10.636)
Descontos Concedidos	(192)	(290)	(448)	(305)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(7.291)	(5.282)	(14.625)	(10.941)
Receita Operacional Líquida	16.419	12.257	32.789	25.822

i) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. DESPESAS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal (i)	(15.690)	(17.013)	(28.458)	(34.632)
Material	(90)	(18)	(134)	(38)
Serviços de Terceiros	(16.987)	(16.522)	(31.862)	(32.659)
Aluguel/Arrendamento/Seguros (ii)	(14.378)	(13.147)	(33.833)	(28.970)
Tributos	(631)	(13)	(989)	(1.024)
Depreciação e Amortização (iii)	(15.234)	(16.136)	(29.900)	(32.273)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	(177)	190	(287)	(240)
Total	(63.187)	(62.659)	(125.463)	(129.836)
Classificado como:				
Custo dos Serviços Prestados	(43.967)	(41.510)	(91.881)	(86.332)
Comercialização dos Serviços	(5.510)	(5.436)	(9.708)	(10.886)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.710)	(15.713)	(23.874)	(32.618)

(i) A redução dos custos e despesas com pessoal foi motivada pela revisão da metodologia de cálculo da provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP, no primeiro trimestre de 2017, e que gerou uma redução de R\$ 2.299. Além deste evento também houve diminuição da remuneração dos diretores em função de saídas sem a reposição do quadro e pela redução do quadro de “Ad Nutum” (Pessoal Comissionado).

(ii) O acréscimo é explicado pelo aumento do custo de compartilhamento de infraestrutura devido aos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; provisão de notas fiscais de competência do mês de março e não recebidas ou entregues fora do prazo de internalização e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e CHESF por serviços prestados.

(iii) Redução ocorreu devido a revisão de vida útil econômica dos bens realizada no 4º trimestre de 2016.

28. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Outras Receitas Operacionais				
Receitas Gerais e Administrativas	-	8	-	8
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais		48	12	2.065
Multas sobre Contas a Receber	15	5	35	5
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	137	-	-	-
Recuperação de Depósitos Judiciais	-	-	718	-
Ganho sobre Passivo (i)	15.967	-	15.967	-
Dividendos Recebidos	2	-	2	-
Total	16.121	61	16.734	2.078
Outras Despesas Operacionais				
Pessoal	(2)	(215)	(73)	(389)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(80)	(31)	(80)	(44)
Patrocínios	(185)	(287)	(299)	(485)
Tributos	(1.475)	(8)	(1.478)	(19)
Multas - Pessoal Contratado	-	-	(2)	-
Multas - Fornecedores	(34)	(19)	(99)	(19)
Multas sobre Tributos	(350)	(2.981)	(372)	(3.295)
Multas sobre Cauções	(17)	-	(17)	-
Perdas Estimadas sobre Ativo	(26)	(4)	(26)	(4)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Outras Despesas Operacionais (i)	(1.881)		(1.892)	
Total	(4.050)	(3.545)	(4.338)	(4.255)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas	12.071	(3.484)	12.396	(2.177)

(i) A Companhia realizou baixa de ativos e passivos que não atendiam aos critérios de reconhecimento, pois a Administração entendeu não haver expectativas de recebimento dos ativos, bem como, do desembolso de recursos para liquidar tais obrigações conforme Nota Técnica 013/2017. As baixas foram realizadas com base no O CPC 00 R1, item 4.38, que preconiza que um elemento só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item **flua para a entidade ou flua da entidade** e o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade (grifo nosso). O valor baixado nestas condições foi de R\$ 15.967. (Nota Explicativa 23)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas Financeiras				
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	2.122	2.209	4.778	4.996
Juros sobre Depósitos Judiciais	795	738	1.374	1.347
Juros sobre Contas a Receber	168	123	384	215
Descontos Financeiros sobre Passivo	276		276	
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções		53		53
Tributos sobre Receitas Financeiras	(447)	(730)	(927)	(730)
Subtotal	2.914	2.393	5.885	5.881
Despesas Financeiras				
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(11.157)	(12.667)	(24.064)	(24.418)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (i)	(3.148)	(8.143)	(8.007)	(14.583)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.290)	(1.481)	(2.221)	(4.551)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(255)	(911)	(504)	(4.374)
Juros sobre Tributos	(21)	(927)	(29)	(962)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	(118)	(12)	(266)
Juros sobre Obrigações com Pessoal			(1)	
Subtotal	(15.872)	(24.247)	(34.838)	(49.154)
Variação Cambial, Líquida		(1)		(1)
Resultado Financeiro	(12.958)	(21.855)	(28.953)	(43.274)

(i) A redução dos juros é explicada pela diminuição do indexador da obrigação (INPC).

30. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

30.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

30.1.1. Plano PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS), já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2017, o Plano continua superavitário, não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.

	PBS-A	
	30/06/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	8.829.788	8.824.817
Outros Exigíveis	706.666	668.528
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	9.536.454	9.493.345
(-) Total dos Ativos do Plano	11.690.406	11.512.187
(=) Superávit Acumulado	2.153.952	2.018.842

30.1.2. Plano PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i. Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- ii. Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- iii. Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- iv. Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- v. Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- vi. Dotação da patrocinadora; e
- vii. Receitas de aplicação do patrimônio.

A situação do plano em 30 de junho de 2017 é apresentada a seguir:

	PBS - TELEBRAS	
	30/06/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	370.086	362.252
Outros Exigíveis	11.491	11.089
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	381.577	373.341
(-) Total dos Ativos do Plano	431.534	416.412
(=) Superávit Acumulado	49.957	43.071

30.1.3. Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.



Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

A situação do plano em 30 de junho de 2017 é apresentada a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	3.593.050	3.563.899
Outros Exigíveis	70.405	68.677
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	3.663.455	3.632.576
(-) Total dos Ativos do Plano	3.712.454	3.653.538
(=) Superávit Acumulado	48.999	20.962

30.1.4. Plano TELEBRASPREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebrás, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a:

- i. Auxílio-doença
- ii. Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão
- iii. Pensão por morte de participante

Os benefícios programados se referem a:

- iv. Aposentadoria ordinária, reversível em pensão
- v. Aposentadoria antecipada, reversível em pensão

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i. Contribuições de Participante;
 - a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).
 - b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
 - c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- d) Contribuições para os benefícios de risco; e
- ii. Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

A situação do plano em 30 de junho de 2017 é apresentada a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	700.040	677.419
Outros Exigíveis	8.833	8.514
Total das Provisões/Fundos e Outros Exigíveis	708.873	685.933
(-) Total dos Ativos do Plano	809.166	777.492
(=) Superávit Acumulado	100.293	91.559

30.1.5. Contribuições do patrocinador

No primeiro semestre de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes contribuições para os planos:

	PBS TELEBRAS		TELEBRAS PREV	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Contribuições:				
Contribuição Empresa	-	-	816	732
Contribuição Assistencial	18	22	-	-
Taxa Administrativa	-	-	87	75
Total	18	22	903	807

Os detalhes sobre os planos informados acima são os mesmos divulgados na nota 31 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício de 2016 arquivada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 10 de março de 2017.

31. PARTES RELACIONADAS

31.1. Controlador final

A Companhia é controlada pela União Federal.

31.2. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	30/06/2017	30/06/2016 Reapresentado
Remunerações	1.253	2.136
Benefícios de Curto Prazo	297	317
Total	1.550	2.453

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

31.3. Transações com partes relacionadas

31.3.1. Controladora

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Balanco Patrimonial							
Valores a Receber							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios	24.310	1.227				
	Demais Entidades (i)	6.176	450				
b) Pagamento de Despesas	TELEBRAS COPA	-	592				
c) Dividendos a Receber	VISIONA	5.456	5.456				
Imobilizado							
d) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	106.428	74.911				
e) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	5.255	6.003				
f) Adiantamento a Fornecedores	VISIONA	1.289.097	1.244.249				
Contas a Pagar							
g) Empréstimos	FINEP			251.030	249.514		
h) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal			2.527.638	2.233.652		
Demonstração de Resultado							
i) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					3.764	1.123
	Demais Entidades					9.993	6.642
j) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(24.063)	(24.418)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) aos ministérios e entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado. Com a incorporação da Telebras Copa S.A o valor de R\$ 22.437 referente ao contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a TELEBRAS COPA e o Ministério das Comunicações, cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia e que se encontra pendente passou a integrar o patrimônio da Telebras;

b) Trata-se do pagamento de despesas operacionais da controlada, que serão reembolsadas através de encontro de contas. Com a incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras, este valor foi compensado;

c) Refere-se a dividendos a receber de participação societária na coligada VISIONA;

d) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Estes encargos têm como indexador a SELIC;

e) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme item (g) abaixo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Refere-se a adiantamentos realizados a VISIONA por serviços prestados na construção do satélite – objeto do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas – SGDC. A baixa será realizada conforme cronograma de acordo com a conclusão das atividades estabelecidas em contratos;

g) Refere-se a captação de financiamento realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

h) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, Investimentos ligados a Copa de 2014 e outros;

i) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

j) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. Composição do quadro de pessoal da TELEBRAS incluindo colaboradores cedidos e requisitados

Em 30 de junho de 2017, o quadro de pessoal da Telebras era composto conforme segue:

Empregados	Quantidade	
	30/06/2017	30/06/2016
Efetivos	281	271
"Ad Nutum" (Livre Nomeação e Exoneração)	63	71
Requisitados	4	4
Cedidos	60	66
Total	408	412

32.2. Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS, em rigorosa

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

observância ao que determina o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Em 30 de junho de 2017, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 27.099,49 e R\$ 2.212,27 (Reais) respectivamente (R\$ 25.143,93 e R\$ 2.012,27 (Reais) em dezembro de 2016, respectivamente). O salário médio foi de R\$ 9.840,16 (Reais) (R\$ 10.798,43 (Reais) em dezembro de 2016).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de junho de 2017, foi de R\$ 38.748,78 (Reais) (R\$ 38.748,78 (Reais) em dezembro de 2016).

Brasília DF, 8 de agosto de 2017

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente (Interino)

JARBAS JOSÉ VALENTE
Diretoria Técnico-Operacional

PAULO FERREIRA
Diretoria Comercial (Interino)

PAULO FERREIRA
Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores

MAURY CAETANO DE OLIVEIRA
Contador CRC/DF 6.147

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
Brasília - DF

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos – Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2017 o montante de R\$269.055 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de junho de 2017 é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em reunião realizada em 01 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A. A Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49% e Cabos Brasil Europa S/A, com 35%. As demonstrações contábeis de 30 de junho de 2017 destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório dos auditores relativo a Visiona Tecnologia Espacial S/A, datado de 28 de julho de 2017, foi emitido contendo ênfase quanto ao fato de parte significativa dos saldos e transações da Companhia ocorrem com partes relacionadas, e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia mantém registrado na rubrica "Programa de Indenização por Serviços

Prestados – PISP”, no passivo não circulante o valor de R\$ 45.322 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis e Patrimônio Líquido negativo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 2.527.638 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. No momento, a Companhia aguarda a concordância da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para submeter o assunto a Assembleia Geral Extraordinária, e com a aprovação, dar prosseguimento nos trâmites legais para efetivar o aumento do capital social. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão do ano anterior por outros auditores

Auditoria do balanço patrimonial individual de 30 de junho de 2017 e revisão das informações contábeis intermediárias individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de julho de 2016, que não conteve qualquer modificação, mas conteve parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório.

São Paulo (SP), 02 de agosto de 2017.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos Auditores Independentes TATICCA Auditores Independentes S.S., não havendo qualquer discordância com relação às Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2017.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

Brasília/DF, 08 agosto de 2017

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente - (Interino)

JARBAS JOSÉ VALENTE
Diretoria Técnico-Operacional

PAULO FERREIRA
Diretoria Comercial - (Interino)

PAULO FERREIRA
Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores